



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

MARKETING OF EDUCATION AND SOCIAL SERVICE

Deise Moreira Cavalcante¹
Dalliana Ferreira Brito Grisi²

RESUMO

A mercantilização da educação se acentua com a ofensiva neoliberal, com isso o mercado reformula a nova forma de educar, buscando um aluno “cliente” pronto para o mercado. O Serviço Social não ficou imune ao processo de privatização da educação, que trouxe impactos significativos à formação profissional. Diante disso, este trabalho busca abordar como a privatização influencia no processo de formação profissional do Serviço Social, apontando como isso se concretiza no lançamento de assistentes sociais no cotidiano profissional

Palavras-Chaves: Mercantilização. Educação. Serviço Social.

ABSTRACT

The commercialization of education is accentuated with the neoliberal offensive, with this the market reshapes the new way of educating, looking for a “client” student ready for the market. Social Work was not immune to the process of privatizing education, which had a significant impact on vocational training. In view of this, this work seeks to address how privatization influences the professional training process of Social Work, pointing out how this materializes in the launching of social workers in professional life.

Keywords: Commodification. Education. Social Service.

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado se constitui enquanto investigação acerca da mercantilização do ensino superior e a sua relação com o Serviço Social brasileiro, abordando como a privatização influencia no processo de formação profissional

¹ Pós-Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: deisempcjpa@gmail.com

² Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: dallianagrisi@hotmail.com

pertencente a esta categoria, apontando os seus impactos e como isso se concretiza no lançamento de assistentes sociais no cotidiano profissional.

A pesquisa se baseará no paradigma teórico crítico, utilizando do materialismo histórico dialético de base marxista para compreensão e análise da realidade. Com o objetivo de se construir ao longo desse processo uma reflexão sobre a realidade e buscar a compreensão de suas transformações. Desse modo, a metodologia utilizada para a pesquisa tem um caráter qualitativo explicativa e efetivou-se por meio de um levantamento bibliográfico. O percurso metodológico se deu através de investigação de materiais teóricos como livros, artigos científicos e produções acadêmicas dos principais autores que discutem tal temática, abordando as categorias centrais deste estudo.

2 A INTENSIFICAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Ao analisarmos de maneira histórica o processo de progressão do ensino superior brasileiro, é de fácil percepção que a partir dos anos de 1990 a modalidade privatista apontou um crescimento significativo no Brasil. Tendo um caráter mercantil e não universitário.

Nesse momento o Estado brasileiro desencadeia políticas de caráter econômico e social voltadas para a ideologia neoliberal que defende a limitação da ação do Estado a de um agente regulador, dando ao mercado a liberdade de trabalhar com espaços que antes eram explorados de forma limitada pelo capital, como a previdência, educação e saúde.

Ressalta-se que a presença do setor privatista no ensino superior não se inicia nesse período e nem era uma novidade que surgia, tendo em vista que o mesmo esteve desde a sua própria constituição histórica. Entretanto, o aumento assustador e a predominância desse setor, que possui como objetivo principal a lucratividade, apresenta nesse momento características inovadoras (PEREIRA, 2014).

Na década de 1990 o país passa pelo processo de reestruturação produtiva junto à contra-reforma do Estado, abarcados pela ofensiva neoliberal que promoveram diversas modificações no mundo do trabalho e na economia brasileira. Surgindo assim, novos padrões societários que determinam uma forma diferenciada de trabalhar,

pensar e viver o que exigirá uma atuação voltada para a subjetividade do trabalhador, visando à consolidação e a sociabilidade do capitalismo reatualizado. Sendo necessário formar profissionais com perfis que tragam novas qualidades e atributos, um profissional criativo, empreendedor e que possua a capacidade de adaptar-se e executar seu trabalho sob tensão ou crise (KOIKE, 2009).

A face po-lítica-cultural cria e consolida a cultura de uma nova concepção de universidade, de um novo “modelo” de organização, de estrutura, de planos de ensino, pesquisa e avaliação: essa cultura sustenta que uma boa universidade deve ser barata (menos anos, menos custos), rápida (cria uma espécie de fast universidade, e defende que se faz o mesmo em menos anos), padronizada (mesmo formato em diferentes realidades), deve ter financiamento auto-sustentável (graduação barata, curta e rápida, mestrados curtos e pagos para uma elite, doutorados curtos para docência e/ou pesquisa acadêmica e para demandas do mercado); mercantilmente adaptada às exigências de expansão e acumulação do capital, sobretudo em contexto de crise do capital (BOSCHETTI, 2015, p.644-645).

O Serviço Social incluso nessas mudanças postas por conta da grande crise do capital precisou acompanhar tais transformações societárias, adequando-se aos novos padrões produtivos, assistindo de perto a grande explosão de cursos de graduação, estando inseridos em instituições não-universitárias, de maneira majoritariamente privados que acompanhavam as características dos movimentos expansionistas do ensino superior.

Salienta-se que o aumento dos cursos de graduação na área de Humanas se deu por conta dos baixos custos e dos altos índices de lucratividade para os grandes empresários – como o curso de Serviço Social.

Compreende-se que a criação de cursos na área de Humanidades, como o curso de Serviço Social – além de proporcionar novos campos de expansão ao capital, fundamentais na fase atual do capitalismo – responde à necessidade de formação de intelectuais difusores de uma sociabilidade conformista e colaboracionista (PEREIRA, 2014, p. 40).

Vale lembrar que historicamente o Serviço Social no Brasil colaborou em suas práticas profissionais com a perspectiva burguesa. Pois, surge nos anos de 1930 e se institui enquanto profissão na “Era Vargas”, onde se criou grandes instituições assistenciais regidas pela influência norte-americana. Contudo, somente após 1964 o mercado de trabalho se torna relevante para os assistentes sociais, com uma política

assistencial contraditória e repressiva dos governos militares. Nesse contexto, os cursos de Serviço Social inseridos em ambientes universitários isolados e escolas mantendo o direcionamento conservador, que surge em sua gênese, permanecem até meados dos anos de 1970 e só passa a ser contestado no período de efervescência política e de lutas por direitos no país (LIMA e PEREIRA, 2012).

Apenas no fim dos anos 1970 no processo de redemocratização da sociedade brasileira, realizaram-se profundos questionamentos internos na categoria profissional quanto ao direcionamento do Serviço Social. Acontecendo então, nesse momento uma eclosão do Serviço Social crítico – principalmente nas universidades públicas – onde o profissional que transformava as demandas sociais em “patologia social e desajustes”, adentra no campo do reconhecimento de uma sociedade de classes sociais e que busca a viabilização e efetivação pelos direitos sociais. Realizando uma análise crítica e transformadora da sociedade, rompendo com o assistencialismo anteriormente adotado.

No ano de 1982 ocorre uma reforma curricular do Serviço Social que traz consigo uma nova concepção de profissão e de formação profissional de assistentes sociais no país, buscando um rompimento teórico-metodológico com o conservadorismo profissional histórico. Há mais de uma década depois de vigência do referido currículo, o Serviço Social brasileiro adjunto a direção da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) passou a considerar de maneira fundamental as revisões curriculares nos cursos de graduação em Serviço Social, tendo em vista às profundas transformações societárias ocorridas no mundo do trabalho, na esfera da cultura e nas relações entre Estado e sociedade civil.

Após dois anos de debates (1994-1996) entre as 67 unidades de ensino filiadas à ABEPSS, foram aprovadas, na Assembléia Geral Extraordinária da ABEPSS, em 1996, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Ressalte-se que até 1994 existiam 74 unidades de ensino em Serviço Social: portanto, a participação dos cursos nos debates de revisão curricular equivaleu a 90,5%, o que pode ser considerado como uma participação bastante satisfatória (LIMA e PEREIRA, 2012, p.35).

O referido movimento de consolidação e aperfeiçoamento de uma direção progressista e de formação de profissionais que possuam um perfil crítico e competente de maneira teórica, ética, politicamente ética, se desenvolveu sob a direção hegemônica

dos cursos de Serviço Social inseridos em sua maioria em Instituições de Ensino Superior públicas, universitárias e confessionais.

Todavia, apesar de até o ano de 1994, majoritariamente os cursos de Serviço Social estar inseridos em Instituições de Ensino Superior de natureza privada, conseguiu-se viabilizar a realização de revisão curricular na qual passa a existir o compromisso com uma formação qualificada, pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além, de manutenção de uma direção social comprometida e coerente com os princípios ético-político provenientes do Código de Ética profissional de 1993 (PEREIRA, 2014).

Contudo, desde 1995 até a atualidade, conforme já analisado, encontra-se em movimento uma expansão vertiginosa da participação privada na criação de cursos de ensino superior, majoritariamente em IES não-universitárias, como parte do processo de contra-reforma. No âmbito do Serviço Social, entre 1995 e 2002, foram criados mais 50 cursos, sendo 90% através da iniciativa do setor privado. Da totalidade dos cursos de Serviço Social criados, somente 15 (30%) assim o foram inseridos em ambientes universitários, expressando claramente a política de Estado, durante os governos Cardoso, de expansão do ensino superior via setor privado, preferencialmente com cursos de custo menor, na área de Humanas, e dispensando a necessidade de realização de pesquisa. Desta feita, o movimento de mercantilização do ensino superior atravessou a formação dos assistentes sociais brasileiros no pós-1995, com uma formação majoritariamente realizada em instituições não- universitárias e privadas particulares em sentido estrito (LIMA e PEREIRA, 2012, p.45).

Desta forma, com a contra-reforma do Estado sucedeu-se uma reforma no ensino superior com a mundialização do capital, o que acarretou na enorme demanda mercantil do ensino nos anos 2.000 na justificativa de se ter um processo de formação mais moderno, menos burocrático e superando o modo universitário remoto, ocasionando uma reestruturação do “ensino superior no sentido de seu aligeiramento, competitividade e sujeição as demandas do mercado” (BOSCHETTI, 2015).

Uma nova adequação emerge na formação profissional sintonizada as exigências colocadas pelo mercado de trabalho, voltado para as necessidades e funcionalidades do capital promovendo um distanciamento da teoria social crítica (IAMAMOTO, 2013).

2.1 Os impactos da mercantilização do ensino superior no Serviço Social

A mercantilização do ensino superior reformula o projeto de formação profissional, associando ao novo perfil exigido pelo mercado de trabalho na preparação

de profissionais para o emprego, colaborando com o avanço do conservadorismo no “âmbito da formação e apontando para um retrocesso nas históricas lutas para construir uma formação profissional crítica, com perspectiva de totalidade e comprometida com a transformação social” (BOSCHETTI, 2015, p.645).

Valorizando a instabilidade e a dispersão, a ideologia neoliberal pós-moderna declara o “fracasso”: dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade. O estímulo à vivência fragmentada centrada no presente (resumida ao aqui e ao agora, sem passado e sem futuro), ao individualismo exacerbado, num contexto penetrado pela violência, dá origem a novas formas de comportamento, buscam algum controle imaginário sobre o fluxo temporal. (BARROCO, 2015, p.207).

Importa salientar que a mercantilização gerou um aumento significativo na inserção de alunos “clientes” no ensino privado e na modalidade à distância, o que resultou em um salto no número de profissionais brasileiros. Entretanto, é válido lembrar que o sistema de Ensino à Distância (EAD) tem sido o maior responsável por este crescimento assustador, o que traz para o mercado de trabalho um perfil profissional com formação rasa, superficial e de baixa qualidade (BOSCHETTI, 2015).

Segundo Pereira (2014, p. 184):

O curso de graduação em Serviço Social – criado nos anos 1930 no país e cujo crescimento relaciona-se com o processo de urbanização e industrialização, associado à necessidade de enfrentamento estatal/burguês frente às expressões da “questão social” e às insatisfações de diversos segmentos da classe trabalhadora – assistiu, a partir dos anos 2000, ao surgimento dos primeiros cursos de EaD.

A modalidade de ensino a distância é argumentada pela categoria profissional há quase dez anos, pois apresenta um novo modelo de configuração do perfil profissional, dado que na modalidade EAD são formados profissionais sem a vivência acadêmica devida, o processo de contato entre docência e o estudantil é destituído o que afasta o contato com os movimentos sociais históricos, tendo ausência do tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão, possuindo uma bibliografia rasa e enxuta, e etc. Empurrando para o mercado um profissional com o perfil de política social residual, minimalista e focalizada. “Além da primordial resistência política a um perfil de formação que precariza e fragiliza o exercício profissional em seu aspecto crítico e questionador da sociabilidade burguesa” (PEREIRA, 2014, p. 185).

Esse crescimento acelerado de profissionais pode gerar um “exército assistencial de reserva” podendo ocasionar e reforçar as práticas direcionadas para o voluntariado e da precarização do exercício profissional (IAMAMOTO, 2013).

Ao transformar a educação em objeto mercantil, o aluno em cliente consumidor e a universidade em emitente de diplomas banais, essa reforma esvazia a dimensão emancipadora da educação e subtrai o caráter universalista da instituição universitária. Ambiente institucional danificado, do ethos acadêmico degradado, ao se constituir lugar da formação acadêmico-profissional das novas gerações torna-se, também, solo de disputa e resistência aos processos de socialização do atual padrão societário (KOIKE, 2009, p.208).

O processo de mercantilização da formação profissional reproduz o retrógrado perfil do assistente social conservador, reatualizando a sua atuação reduzida às práticas estabelecidas no âmbito da imediatividade, contradizendo o caráter emancipador do Serviço Social conquistado por meio das lutas e através do rompimento no campo teórico-metodológico com o processo de intenção de ruptura. O exercício profissional não se limita a um conjunto de instrumentos para a sua intervenção, faz-se necessário a compreensão de que a teoria não se trata de uma receita mágica para intervir profissionalmente, contudo, a teoria de forma investigativa busca a explicação dos fenômenos da realidade de forma totalitária e não individualizada, a teoria conduz embasamento fundamental à ação profissional, sendo uma mediação para esta (BOSCHETTI, 2015).

Destaca-se que o neoliberalismo reapresenta por meio da renovação do conservadorismo e da presença de seus traços nas práticas profissionais mais uma forma de alimento para o capital atendendo aos seus interesses. O Serviço Social busca adjunta a categoria profissional a construção de estratégias compromissadas com o Projeto Ético-Político Profissional, pautada na teoria social crítica, o embate de enfrentamento e superação dessas novas roupagens do conservadorismo presentes na formação.

No âmbito especificamente do Serviço Social, o desafio de reafirmar nosso Projeto Ético-Político é mais necessário do que nunca, pois não podemos recuar diante da ofensiva conservadora e retroceder nas conquistas alcançadas por tantas gerações. O crescimento acelerado da profissão não pode fagocitar esse preço-so patrimônio construído coletivamente, que é o Projeto Ético-Político Profissional. Por isso, a formação e o trabalho profissional devem ser oxigenados permanentemente pela indignação com a barbárie, pela recusa ao naturalismo das coisas e pelo otimismo e convicção de que a história é construída por sujeitos, homens e mulheres, alimentados pelo conhecimento teórico da realidade (BOSCHETTI, 2015, p.650).

O embate entre a teoria e a realidade prática do assistente social não se esgota aqui, entretanto conforme apontado pela autora à reafirmação do Projeto Ético-Político torna-se um desafio na atualidade, carecendo de um avanço da categoria profissional em oposição à ofensiva conservadora, não recuando e abandonando o processo histórico construído através de lutas.

Destarte, verifica-se que a formação profissional se encontra em total sintonia com o mercado de trabalho, em razão de que o Serviço Social é participante da divisão social e técnica do trabalho e esta é a condição existente para sua preservação e sobrevivência, fazendo-se necessário a reformulação de um novo perfil profissional, que responda de forma crítica e criativa as demandas estabelecidas pelo mercado de trabalho, possuindo a capacidade de acompanhar as transformações da sociedade e não se abstendo do compromisso ético-político profissional (IAMAMOTO, 2013).

A formação profissional possui o papel fundamental de preparar cientificamente profissionais para responder as exigências de um projeto profissional construído de forma coletiva e situado na história, dispondo da capacidade de responder às demandas instituídas na atualidade pelo mercado de trabalho. Qualificando profissionais para a investigação e produção de conhecimentos sobre o seu espaço de atuação, dotados de habilidades tanto em âmbito teórico quanto metodológico, possibilitando a compreensão das implicações de sua prática, a reconstruindo, a efetivando e a recriando nesse jogo de forças sociais existentes. Por intermédio de um projeto profissional de direção social crítica, articulando a teoria e prática aos projetos sociais da classe trabalhadora em suas relações com as forças da classe dominante (IAMAMOTO, 2011).

O processo de formação em Serviço Social no Brasil se constitui como uma tarefa desafiadora, principalmente para subsidiar as ações políticas das entidades político-acadêmicas que pertencem a essa categoria profissional para que sejam criados projetos que afirmem e reafirme, no cotidiano prático de formação, o perfil de profissional de Serviço Social indicado pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pelo projeto Ético-Político do pertencente a essa categoria profissional.

3 CONCLUSÃO

O processo de privatização dos cursos de graduação em Serviço Social traz impactos significativos para todo o corpo profissional, uma vez que conforme apontado no texto as faculdades privadas buscam preparar profissionais para o mercado de trabalho e não para um fazer profissional pautado em uma perspectiva crítica da realidade. Com isso, o perfil conservador, que já fora abandonado no percurso histórico da profissão, encontra resquícius para se tornar outra vez existente na categoria profissional.

Diante do atual cenário político, econômico e social que estamos vivenciando observamos que a privatização dos direitos se encontra cada vez mais real, os ensinamentos remotos ganham espaço, os cursos de Ensino a Distância se tornam mais acessíveis e convenientes, enquanto os debates ricos de criticidade vão se esvaindo, assim como o acesso dos estudantes a pesquisa, extensão e etc., dando espaço a regressão.

Percebe-se a importância de lutar pela educação pública, para que o acesso ao direito de estudar seja possível em todos os seus níveis para toda a população, principalmente aqueles pertencentes à classe trabalhadora que lutam diariamente para conciliar o trabalho aos estudos.

A privatização nada mais é do que uma negação dos nossos direitos instituídos constitucionalmente. Se a educação é para todos, ela deve ser garantida para todos.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, 2015.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional, IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

DESLANDES, S. F.: GOMES, R.: MINAYO, M. C. de S (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24 ed. São Paulo, Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. **Ensaios críticos**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-219.

LIMA, K. R. de S.; PEREIRA, L. D. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, v. 15, n. 1, p. 31-50, 2012. Disponível em: <http://rle.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/358>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

PEREIRA, L. D. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e presenciais. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 181-202, 2014. Disponível em: <http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/view/7189>. Acesso em 19 de novembro de 2018.